

# SUMÁRIO

Prefácio.....	xiii
Introdução.....	1
<b>Capítulo I – A Evolução Histórica da Causa.....</b>	<b>7</b>
1. Da vontade ao interesse. Do interesse à causa.....	7
2. Histórico da causa.....	12
2.1. Direito Romano.....	14
2.2. Direito Antigo.....	15
3. A causa nas codificações. Teorias subjetiva, objetiva e anticausalista.....	18
3.1. Direito Francês e a Teoria Subjetiva.....	18
3.2. Direito Italiano e a Teoria Objetiva.....	21
3.3. Doutrina anticausalista.....	24
3.4. A experiência brasileira.....	26
4. A causa do contrato administrativo.....	30
4.1. Causa, motivo no Direito Privado e motivo no Direito Público....	35
4.2. Causa e Objeto.....	36
<b>Capítulo II – Interpretação do Contrato Administrativo.....</b>	<b>39</b>
1. Peculiaridades do contrato administrativo.....	40
1.1. O complexo da natureza exorbitante.....	42
1.2. Desmistificação da natureza exorbitante.....	45
2. Consensualidade no Direito Administrativo.....	47
3. Interpretação entre a lógica da função pública e a lógica contratual... ..	49
4. Prescindibilidade uma política legiferante.....	52
4.1. Insuficiência das hipóteses legais de tipo contratual.....	53
4.2. Prescindibilidade de um exaustivo conteúdo atribuído aos sujeitos de direito.....	55
5. Implicações do Direito Constitucional no Âmbito da Interpretação do Contrato Administrativo.....	57
5.1. Releitura do princípio da supremacia do interesse público por Humberto Bergmann Ávila e amplamente desenvolvida por Gustavo Binenbojm.....	57
5.2. Papel promocional do contrato administrativo: da tutela subjetiva da “vontade” estatal à tutela objetiva da livre iniciativa.....	59
5.3. O contrato como um processo.....	60
5.4. Função social do contrato administrativo?.....	61

<b>Capítulo III – O Princípio da Eficiência .....</b>	<b>65</b>
1. Marco Legal. Princípio da Eficiência como justificativa ético-social ...	67
2. Princípio da Eficiência e seus contornos dogmáticos .....	70
2.1. Conteúdo imediato do Princípio da Eficiência. A boa administração .....	70
2.2. Conceito econômico de eficiência. Do new public management à nova economia institucional .....	72
2.3. Conteúdo mediato do Princípio da Eficiência. Satisfatoriedade.....	74
2.3.1. Eficiência versus Eficácia .....	76
2.3.2. Eficiência versus Economicidade .....	77
2.3.3. Análise quantitativa e qualitativa.....	78
3. Um sentido para o princípio da eficiência no âmbito dos contratos administrativos .....	80
3.1. Eficiência e a interpretação contratual voltada para a função socioeconômica do contrato administrativo.....	81
3.2. Eficiência e a análise real do contrato. Massimo significato utile ...	83
3.3. Eficiência e a maior vinculação do parceiro privado ao escopo contratual .....	84
 <b>Capítulo IV – Justificação da Análise do Elemento Causal Frente aos Novos Paradigmas do Direito Administrativo e o Princípio da Eficácia Administrativa .....</b>	 <b>87</b>
1. Contornos atuais da causa do Contrato Administrativo.....	87
2. O contrato administrativo pelos “olhos da causa”. Caminho para realização do princípio da eficiência.....	89
2.1. Dinâmica do conteúdo do contrato administrativo. Vinculação para além das cláusulas contratuais .....	90
2.2. Aplicações do elemento causal .....	93
2.2.1. Individualização do contrato e fixação de seus elementos essenciais .....	94
2.2.2. Causa e qualificação contratual .....	96
2.2.2.1. Hipótese de contratos administrativos atípicos .....	97
2.2.3. Parâmetro para verificação do equilíbrio econômico-financeiro..	102
2.2.4. Limites à hipótese de alteração qualitativa do objeto contratual..	106
2.2.5. Princípio da Adaptação e a interpretação do silêncio contratual diante do surgimento de tecnologia nova .....	111
 <b>Conclusão .....</b>	 <b>115</b>
 <b>Referências Bibliográficas .....</b>	 <b>117</b>